INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC
LINHAVIVA
Nº 1381 - 26 de outubro de 2017
-IMPRESSO-

Campanha contra privatização deslancha em todo Brasil

Trabalhadores e movimentos sociais se desdobram no enfrentamento à onda privatista comandada pelo governo. No campo da comunicação, os sindicatos por meio da FNU e do CNE, Contrataram uma assessoria para criação e lançaram em 12/09 a campanha "Energia Não é Mercadoria". A divulgação nas redes sociais e no site da mobilização nacional já registrou o envio aos deputados e senadores de mais de 540 mil mensagens de repúdio à privatização. Campanhas com outdoors estão sendo elaboradas. Em Santa Catarina, os sindicatos confeccionaram e distribuíram 600 camisetas e mais de 40 mil panfletos em defesa da Eletrosul e Eletrobras públicas.

Trabalhadoras e trabalhadores da Eletrosul protagonizaram em 24 de agosto, um dia que fica marcado na história dos 50 anos da empresa. Unidos a favor da sociedade brasileira, contra a privatização da Eletrosul e das demais empresas do setor elétrico, deram uma demonstração de força e coragem como há muito não se via traduzida através de um abraço à sede e diversas instalações da Eletrosul cantando o hino nacional

No campo jurídico, foram contratadas assessorias que já estão trabalhando na preparação de ações judiciais visando impedir as privatizações e a aprovação das nocivas alterações no marco regulatório do setor elétrico. Já foram ajuizadas as seguintes ações a nível nacional:

1) Ação Civil Coletiva N° 0000840-56.2017.5.10.0019 autuado em/ contra a Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras no TRT - 10ª Região, visando à indenização por danos morais coletivos em decorrência de insultos proferidos pelo presidente da Eletrobras contra os trabalhadores/ as da Eletrobras.

2) Mandado de Segurança MS nº 23778 / DF (2017/0237197-0) autuado em 14/09/2017 no Superior Tribunal de Justiça contra ato omissivo do Ministro de Minas e Energia, que negou a prorrogação do prazo da Consulta Pública 33, além de não ter motivado tal decisão.

3) Ação de cumprimento de Acordo Coletivo com pedido de tutela de urgência no TRT - 8ª Região, em Belém/PA, em decorrência do descumprimento de diversos dispositivos contidos nos Acordos Coletivos de Trabalho Nacional e Específicos motivados pelo processo de Reestruturação da Eletrobras.

4) Requerimento à OAB nacional contra a privatização da Eletrobras e suas subsidiárias, este foi feito dia 20/09/2017 em Brasília.

5) Representação ao Ministério Público Federal contra suposto favorecimento a grupos privados interessados na privatização da Eletrobras.

Diversos outros procedimentos judiciais e extrajudiciais ainda serão tomados, contudo, esses aguardam a modelagem do processo de privatização a ser proposto pelo governo federal.

No campo institucional e político, as entidades sindicais promoveram e participaram de várias ações, com paralisação do setor elétrico no dia 03/10. Em setembro e outubro ocorreram grandes atos de protesto no Rio de Janeiro e nas principais cidades onde estão localizadas as empresas Eletrobras. No Congresso Nacional já foram realizadas diversas audiências públicas em várias comissões para debater os impactos negativos da privatização e os prejuízos para a sociedade. Dezenas de outras audiências ocorreram nas Assembleias Legislativas de vários Estados e em diversas Câmaras de Vereadores com participação significativa de políticos, entidades sindicais, movimentos sociais e trabalhadores. Em Santa Catarina, a audiência na ALESC ocorreu no dia 04/10. A articulação política das entidades sindicais contribuiu ainda para o lançamento da Rede Parlamentar em Defesa da Soberania Energética e Nacional, assim como o lançamento da Frente Parlamentar Mista em

Defesa da Soberania Nacional. Além disso, dirigentes sindicais têm participado de diversos programas de rádio e televisão para conscientização da sociedade. Paralelamente, os sindicatos da Intersul estão todos os dias mantendo contato com parlamentares Federais e Estaduais para convencimento e apoio à campanha; e também se articulando com demais entidades sindicais e movimentos sociais para ampliação do debate social contra a privatização. A Intersul esteve ainda no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro no dia 03/10 para o Lançamento da Frente Parlamenta Mista em Defesa da Soberania Nacional e no dia 10/10 na ALEP (Assembleia Legislativa do Paraná) para a Audiência Pública "Privatização do Setor Energético: Soberania ou Dependência".

Muito mais está para vir. Fique atento aos chamados dos sindicatos.Filie-se!

Intercel negocia várias pendências com a Celesc

A Intercel esteve reunida com a direção da Celesc na quinta-feira, dia 19, para mais um encontro da Comissão de Recursos Humanos. Vários pontos foram debatidos. Entre eles a questão da assessoria jurídica ao empregado. O diretor de Gestão Corporativa, Nelson Santiago, anunciou que o departamento jurídico já finalizou um texto que estaria sendo encaminhando aos sindicatos para avaliação.

EQV : Os sindicatos externaram sua preocupação com demandas trabalhistas para corrigir distorções por parte de pessoas que estão em desvio de função. Nelson Santiago coloca que vão levantar todos os quadros especiais da empresa, e perguntar aos gestores o que cada um destes faz no momento. Serão examinados caso a caso.

Green Card: A Intercel colocou que continuam problemas. Muitos trabalhadores sentem que tiveram seu direito restringido. Como se trata de uma cláusula do ACT, e tendo ela diminuído na sua abrangência, visto que as pessoas têm que ter muito mais trabalho para exercer o seu direito, cabe a empresa, que é a responsável pelo contrato com a Greencard, resolver esta situação o quanto antes. A empresa explicou novamente que o problema surgiu após denúncia no TCE, e pediu ajuda aos sindicatos com informações sobre os locais que ainda não estão cadastrados e assim continuar pressionando até que tudo se normalize.

Horas de Viagem para o curso e compensação: Para a Intercel a questão é bem clara: os deslocamentos devem ser considerados horas extras. O problema está acontecendo com as chefias que mandam compensar estas horas. Além disso, com o pessoal de turno acontece o mesmo, apesar de não terem sistema de compensação. Apesar da empresa já ter passado orientações aos chefes eles não cumprem a determinação. Os sindicatos salientaram que o caso é gravíssimo e merece uma resposta rápida da empresa. Nelson Santiago solicitou todas as correspondências que já foram enviadas aos administradores sobre estes casos e com elas vai encaminhar o assunto para a diretoria . Falou ainda na possibilidade da DDI criar um limite a mais de horas extras excepcionalmente para estes casos.

Sistema de compensação: Aqui não há dúvida, segundo a Intercel. A compensação é de escolha do empregado. Foi citado exemplo de Joinville onde o chefe coloca a hora que quer para receber ou compensar. É necessário um prazo máximo de, no mínimo, 10 dias para não ter que entrar com uma ação judicial. A empresa lamentou as transgressões e sentenciou que ACT assinado se cumpre.

Adicional Noturno: : Não foi corrigido o que deixou de ser pago, o que acarretará num passivo trabalhista. Nelson Santiago diz que encaminhará o assunto o mais breve possível. Para a Intercel a ação deve sair antes da mudança da lei trabalhista.

Normativa atestado Médico: Foi levantado que o atestado de fisioterapeuta não está sendo aceito pela Celesc, mesmo que esta profissão esteja amparada por lei para dar o atestado. Segundo a empresa o atestado médico só pode ser dado por quem realmente faz o diagnóstico da doença e, nesse caso, é o médico e não o fisioterapeuta. O fisioterapeuta pode fazer uma declaração, como previsto na normativa de declarações. Foi questionado ainda por que o documento não é aceito por email, em função de uma impossibilidade de deslocamento do empregado. A empresa explicou que na Central eles aceitam o atestado digitalizado, mas que com a entrada do E Social, o original deve estar em mãos em 48hs.

Normativa de horas extras: A Intercel não concorda com vários pontos desta normativa, como, por exemplo, o item 5.3.1. Enfatizou que hora de deslocamento deve ser sempre considerada como hora extra, já que as convocações são feitas pela empresa. Há necessidade de comparar a normativa anterior com a atual para que todas as dúvidas sejam dirimidas.

Primeira rodada na Engie foi de argumentações por ganho real

Aconteceu dia 24/de outubro a primeira rodada de negociação do ACT 2017/18 da Engie.

Em relação às cláusulas sociais, apesar das argumentações dos negociadores da Intersul e da Engie, pouco foi consensado. Uma definição mais clara do conjunto das cláusulas que irão compor o ACT deverá acontecer nas próximas reuniões.

Já em relação às cláusulas econômicas, a empresa apresentou uma proposta concreta para duas questões importantes: reajuste salarial e vale alimentação. Segundo a proposta da empresa, os salários deverão ser reajustados pela variação integral do INPC do período da data base enquanto que o vale alimentação "congelado" em R$ 55,00, sem reajuste. A novidade fica por conta de que a empresa aceita conceder o décimo terceiro bloco de vales em dezembro/17. Relembramos que no acordo passado foram concedidos 2 blocos de vale em complementação ao valor da PLR e mais um bloco como compensação ao reajuste parcelado sem retroatividade. A Intersul deixou claro que em relação às questões econômicas apresentadas a expectativa dos/as empregados/as é a de que este ano haja ganho real e de que o vale alimentação seja reajustado de acordo com o solicitado na pauta.

A próxima reunião está agenda para o dia 13 de novembro.

CNE faz denúncia contra Pedrosa

O Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE protocolizou representações no Ministério Público Federal - MPF e na Comissão de Ética Pública da Presidência da República – CEP, para averiguar suposto vazamento de informações privilegiadas a agentes do mercado financeiro, que teriam obtido lucro com base nas informações supostamente passadas pelo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, Paulo Pedrosa.

As representações tiveram como base diversas reportagens que circularam nos meios de comunicação, especialmente, a denúncia do repórter e articulista Luis Nassif responsável pelo Editorial do site eletrônico GGN – O Jornal de Todos os Brasis que pode ser acessado na seguinte URL: http://jornalggn.com.br/luis-nassif. A matéria que tem o título: "A 3G e o negócio do século com a Eletrobras" foi publicada em 28/08/2017 às 06:41 e atualizado em 28/08/2017 às 12:49.

Ela relata envolvimento eticamente questionável entre Paulo Pedrosa e o grupo Garantia Partners (GP Investimentos, hoje 3G). A reportagem de Luis Nassif denuncia que o plano do grupo de investimento, com o auxílio de Paulo Pedrosa, é assumir o controle acionário da Eletrobrás, já que hoje o grupo 3G já é o segundo maior acionista privado da Eletrobras. A reportagem vai mais além e afirma que já há grupo de trabalho da própria 3G trabalhando dentro da Eletrobras para fazer um levantamento de todas as condições financeiras, de ativos e passivos, da companhia para a aquisição da Eletrobras e suas empresas, por até um terço do seu valor patrimonial. A reportagem deixa claro o suposto conflito de interesses entre Paulo Pedrosa, atualmente Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia e idealizador do projeto de privatização da Eletrobras, somado ao fato de ter sido conselheiro de todas as empresas do Grupo Equatorial (resultado dos investimentos financeiros do Grupo 3G).

Intersul segue na luta

Ontem, dia 25 de outubro, a Intersul se reuniu em Florianópolis com uma agenda cheia. Entre os pontos analisados e debatidos pela manhã estavam: Assessoria Parlamentar ; Declatra – informes sobre o processo do Plano de Saúde; informes sobre o processo aposentadoria SB40/Elos; apresentação de proposta para Assessoria Jurídica regional; deliberação sobre as propostas para Assessoria Jurídica Regional; Reestruturação Eletrosul-CGTEE; Encaminhamentos para luta contra a privatização (parcerias/fundo/atividades). À tarde a reunião se ampliou (foram convidados Senge PR; Senge RS; Senge SC; Intersindical, Aape e Aprosul) para a conjugação de esforços de todas as entidades que representam trabalhadores/as do setor na nossa região contra o processo de privatização.

População começa a entender a privataria

Segundo o provedor de notícias Agência Brasil, o governo federal recebeu uma pesquisa sobre o programa de privatizações. Acerca da venda da Eletrobras (a 'empresa-mãe' do setor elétrico), 52% dos entrevistados se posicionaram contra a privatização.

Contra a Reforma Trabalhista

A lei da Reforma Trabalhista de Michel Temer, que acaba com os direitos trabalhistas, entrará em vigor no dia 11 de novembro de 2017. Para impedir que esta lei nefasta passe a valer, a CUT lançou a Campanha Nacional pela Anulação da Reforma Trabalhista, cujo principal instrumento é um abaixo-assinado em apoio ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular (PLIP) que revoga, ou seja, ANULA a lei da reforma aprovada por Temer. Fique atento à passagem de dirigentes sindicais no seu local de trabalho com a lista de abaixo assinado.

Câmara quer extinção da Justiça do Trabalho

Está sendo elaborada no Congresso uma proposta que visa à extinção da Justiça do Trabalho e à transferência de suas atribuições para a Justiça Federal. Pela ideia em análise, magistrados e servidores também seriam removidos. A discussão da proposta ganhou força na semana passada em uma resposta à ameaça feita por juízes trabalhistas de que não vão cumprir dispositivos contidos na lei trabalhista, considerados por eles inconstitucionais, que entrar em vigor no dia 11 de novembro. Um dos principais apoiadores da ideia é o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), favorável à extinção da Justiça do Trabalho. Para o relator, a indicação recairia sobre Rogério Marinho (PSDB-RN), deputado que relatou a reforma trabalhista. Procurada pela imprensa, a assessoria do presidente da Câmara lembrou que ele se manifestou sobre esse assunto em março deste ano, quando declarou que a Justiça do Trabalho "nem devia existir". Na ocasião, chamou os juízes trabalhistas de "irresponsáveis". Maia defendia o projeto de terceirização para todas as atividades das empresas e a regulamentação da gorjeta, nesse último caso, alvo de indenizações elevadas contra as empresas, segundo o deputado.

De volta ao azul

O DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, com base no Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-DIEESE), apresentou semana passada o balanço das negociações dos reajustes salariais do primeiro semestre de 2017. Neste estudo, foram analisados os reajustes de 300 unidades de negociação de empresas privadas e estatais dos setores da Indústria, do Comércio e dos Serviços em todo o território nacional. Praticamente 60% das negociações salariais do primeiro semestre de 2017 conquistaram aumento real. Os reajustes com ganhos reais se concentraram na faixa de até 0,5 pontos percentuais acima da inflação. Foram observados reajustes iguais à inflação em 30% das negociações analisadas. Já os reajustes com perdas reais correspondem a 10%. Mais da metade destes resultaram em perdas de até 0,5 pontos percentuais abaixo da inflação.

A variação real média dos reajustes no primeiro semestre de 2017 foi de 0,32%, voltando a ser positiva após a perda real média observada em 2016.

Intercel
INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SANTA CATARINA

LINHA VIVA é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC. Jornalista responsável: Marli Cristina Scomazzon (DRT/RS 4966). Estagiário: Rubens Lopes. Conselho Editorial:Amilca Colombo. Rua Lacerda Coutinho, 149, Fpolis, SC. CEP 88015-030. Fone (048) 3879-3011. E-mail: imprensa@sinergia.org.br - Site: www.sinergia.org.br.
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

TRIBUNA LIVRE

Os Mitos da Privatização (parte 1)

SAMYA CAMPANHA
ECONOMISTA DO DIEESE

Em Portugal, em 2017, o jornalista Jorge Costa revela que o Estado chinês embolsa todos os dias até meio milhão de euros da estatal de energia de Portugal, a EDP, privatizada em 2012. Por outro lado, o país acumula recordes europeus no preço da eletricidade e nos picos de mortalidade no Inverno. Muitos idosos não podem pagar aquecimento. É assim que, com apenas 7% da sua produção situada em Portugal, a EDP obtém lá 21% dos seus lucros. A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) está a investigar a formação dos preços na área da electricidade, que aumentou 80% em janeiro.

Na Argentina, em 2016, a justiça autorizou o aumento de simplesmente 500%, na disputa em torno dos reajustes das tarifas de serviços básicos em patamares que alcançavam até 1.000%. Ainda segundo a jornalista Luciana Dyniewicz, a conta de luz da brasileira Ana Sieglitz, 31, que morava há um ano em Buenos Aires, alcançou 500 pesos (pouco mais de R$ 100) no inverno, sendo que antes do tarifaço, se pagava 45 pesos (R$ 10), em média. "Como foi feito, impactou nos preços de tudo, no supermercado e no comércio. O meu salário é o mesmo desde o começo do ano e já não consigo mais pagar as contas. Estou usando minha reserva", diz Ana. O sistema elétrico do país também passou por mudanças privatizantes, porém na década de 1990.

Na Inglaterra, em 2014, o jornalista Seumas Milne denunciou que o sistema privatizado de energia da Inglaterra está falhando em prover a mais básica meta de investimento: manter as luzes acesas. É relevante recordar que há aproximadamente 36 meses antes, em 2011, ocorreu a maior greve no país em 3 décadas, quando mais de 2 milhões de trabalhadores do setor público cruzaram os braços contra mais um plano de privatizações e contra a política econômica do governo de cortes nas aposentadorias e pensões. A juventude também participou das manifestações, porque vinha se sentindo penalizada pela falta de empregos e perspectivas futuras. Também, na ocasião, o aumento dos preços da energia elétrica e dos alimentos foi maior do que se esperava, mas o que rendeu na mídia mundial dominante foi que a causa do aumento da energia foi a própria população devido ao uso de gadgets e eletros. A Inglaterra foi dos primeiros países a privatizar seu sistema elétrico estatal, mas também o da água, das ferrovias, da educação, saúde, dos serviços postais.

Sob a bandeira de que a competição é o melhor caminho para todos, os Governos impõem que algumas grandes estatais devem ser privatizadas. Sim, é uma imposição, tanto que o processo ocorre sempre sob greves e protestos, os quais são silenciadas por meio da violência policial e antecipados por meio da via jurídica, tal como a lei anti-greves (na Inglaterra) e a lei antiterrorismo (no Brasil).

Paralelamente, tenta-se vender uma ideia à população. A de que a competição e um mercado ao máximo livre de controle estatal tornarão essas empresas mais eficientes, estimulando preços menores, a inovação, qualidade melhor e a transparência decisória. Essa ideia foi e continua sendo "vendida" ao mundo, através de milhares de ideólogos, professores, comunicadores, intelectuais, lideranças empresariais e trabalhadoras, e se traduz de uma forma muito simples: campanhas pró-privatizações, que consistem em desacreditar a qualidade dos serviços prestados pelas empresas públicas, acusando-as de burocráticas, inflexíveis, ineficientes, de serem de difícil controle por parte de uma gestão competente.

Entretanto, se a exploração se opera no mundo laboral, ela ocorre também em muitas outras esferas, onde as pessoas são espoliadas a favor do capital como contribuintes, devedores ou consumidores. E é na condição de consumidores que milhões de pessoas passam a ver uma fatia cada vez maior dos seus rendimentos capturada pelos grupos econômicos e financeiros nos lugares onde ocorreu a privatização. São afetadas as gerações presentes, futuras e passadas.

Festa irá lançar livro do 9º Conto e Poesia

Mais do que entretenimento, a cultura é o modo pelo qual uma sociedade dá sentido à sua própria existência. Com essa compreensão, o Sinergia (Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis e Região) vem desenvolvendo suas ações. Uma delas é o Concurso Literário Conto e Poesia, cujo livro com os trabalhados selecionados (15 contos e 30 poesias) será lançado no dia 10 de novembro (sexta-feira), a partir das 19 horas, na Fundação Cultural Badesc (Rua Visconde de Ouro Preto, 216, centro, Florianópolis).

Concebido em 1992 com o objetivo de estimular a produção e difusão da literatura produzida em Santa Catarina, o concurso atinge em 2017 a sua nona edição. Nesses 25 anos, contou com a participação de 2.322 pessoas e de 6.230 trabalhos inscritos de todas as regiões do estado. Esses dados, por si só, demonstram a pulsante produção literária em SC, cujos espaços para divulgação quase inexistem. As obras dos escritores e escritoras tem que contar, quase sempre, com o esforço de quem a produz para que cheguem a um maior número de pessoas. É lógico que hoje se dispõe de mecanismos tecnológicos que outrora nem se contava. Mas o que estamos observando aqui é o pouco investimento do poder público e também da iniciativa privada, no estímulo à produção e difusão da cultura.

Também por essas razões, e sem querer substituir o papel do Estado no fomento a cultura, o Sinergia resiste e mantém o concurso por tanto tempo. Aliás, é um dos poucos em vigor em Santa Catarina e o único na modalidade conto e poesia. Mas, afinal, porque um sindicato já com tantas responsabilidades deve se ocupar com a questão cultural? A resposta é simples: nada está fora da cultura! A cultura permeia pensamentos e ações, em qualquer tempo e civilização. Ela atribui sentido a existência humana e pode contribuir para a evolução da sociedade, na medida em que estimula o senso crítico e favorece ao exercício da criatividade e da solidariedade. Além disto, as ações de caráter lúdico e poético ajudam a compreender o papel da cultura e a ampliar a visão de mundo.

Neste sentido, entende o Sinergia, é fundamental que, além das questões econômicas e do chamado “mundo do trabalho”, as entidades sindicais também incentivem a produção artística, e não só de seus representados, buscando assim – no que for possível, ampliar a sua fruição na sociedade. Desta forma, estará ajudando no esforço de melhor distribuir os bens simbólicos em nosso país, tão concentrados quanto os bens materiais. Não por acaso, cada premiado receberá 15 exemplares da obra e todos que participaram receberão 1 exemplar. Mais de 500 exemplares do livro serão distribuídos gratuitamente à todas as bibliotecas públicas de Santa Catarina, sindicatos e entidades culturais do país.

O concurso Literário Conto e Poesia é uma referência para o público e produtores da literatura em Santa Catarina, e tem sido um espaço de experiência e afirmação da qualidade dos escritores selecionados. Muitos dos que participaram do concurso, hoje são autores reconhecidos no estado e atuam na área da literatura. A festa de lançamento do livro Conto e Poesia, no dia 10/11, é mais uma ação do Sinergia que visa estimular o diálogo sobre a literatura e envolver o público em geral. Além disso, pode proporcionar o encontro dos escritores catarinenses e de outros artistas.

Segue abaixo alguns dados da 9ª edição do Conto e Poesia, a relação dos autores classificados, bem como dos integrantes das Comissões Selecionadoras do concurso.

*Número de inscritos:166 *Número de trabalhos inscritos:456 *Número de poesias inscritos: 326 *Número de contos inscritos:130 *Participantes com poesias:125 *Participantes com contos:77

Comissão selecionadora Conto
• Amilcar Neves, Elaine Tavares e Paulino Júnior
Comissão selecionadora Poesia
• Marco Vasques, Anacreonte Fonjic e Raquel Wandelli

Selecionados Contos

Arden Zylbersztajn, Carlos Alberto da Silva, Danilo Silvio Aurich, Eduardo Sens dos Santos, Eduardo Silveira, Fahya Kury Cassins, Felipe de Farias Ramos, Giovanni de Sousa Vellozo

Kleber Kurowsky, Luís Fernando Fintelman da Silva, Luiz Carlos Borba Garcia, Matheus Alves de Almeida, Paulo Roberto Alves de Almeida, Suyan de Oliveira de Melo e Suzy Dias Ramos.

Selecionados Poesia

Adriana da Silva Bunn, Carlos Alberto da Silva, Claúdia Resem, Constantino Esmanhotto d’Ivanenko, Daniel Passos, Eduardo Silveira, Eliana Ruiz Jimenez, Fahya kury Cassins,

Fernanda Carbonera Rocha, Fernando Cabral, Flávio Theodósio Junkes, Ivonita Di Concílio,

Janaína de Oliveira Ribeiro, Jhonatan Carraro, Júlio César Ramos, Keles Gonçalves de Lima,

Lárimer Daniel, Luiz Cezare Vieira, Marta Helena Bello Bertelli, Matheus Ligeiro, Rafael Pedroso Dias, Rafael Reginato Moura, Roberth Jesus de Carvalho, Rodrigo Domit, Rubens Chaves Vargas, Sandrine Allain, Suyan de Oliveira de Melo e Vinícius O. Candido.